



Controle Interno CEDAE
Termo n.º 016 / 2019 de

COOPERAÇÃO TÉCNICA
Ref. Proc. E-07/100.184/19

E-07/100184/19

FL 145



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº E-35/067/4//2019, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR E A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS, ATRAVÉS DO PROEIS, CONFORME A LEI ESTADUAL Nº 6.162/12, O DECRETO ESTADUAL Nº 42.875/11, ALTERADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 43.309/11, O DECRETO ESTADUAL Nº 43.538/12, ALTERADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 23/18 E O DECRETO ESTADUAL Nº 43.131/11, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.598.600/0001-71, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.690.668/0001-02, com sede na Rua Evaristo da Veiga, nº 78 – CEP: 20.031.040 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada **SEPM**, neste ato representada pelo seu **SECRETÁRIO DE ESTADO, GENERAL POLICIAL MILITAR ROGÉRIO FIGUEREDO DE LACERDA**, portador do RG nº 53.602 – PMERJ, ID Funcional nº 2451993-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 926.689.927-53 e a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, com sede na Av. Presidente Vargas, nº 2655 – CEP: 20.210-030 – Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ, doravante designada **CEDAE**, neste ato representada por seu **DIRETOR PRESIDENTE, HÉLIO CABRAL MOREIRA**, brasileiro, união estável, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 261135293-3 – CREA - RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.860.916-91, e por seu **DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES, JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade nº 15.790-2, CRE-RJ, CPF nº 485.346.847-15, no uso de suas atribuições legais **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, observando o contido, no que couber, na Lei 8.666/93, na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Estadual nº 6.162, de 09 de fevereiro de 2012, no Decreto Estadual nº 42.875, de 15 de março de 2011, alterado pelo Decreto Estadual nº 43.309, de 24 de novembro de 2011, no Decreto Estadual nº 43.538, de 03 de abril de 2012, alterado pelo Decreto Estadual nº 23, de 19 de setembro de 2018 e no Decreto Estadual nº 43.131, de 11 de agosto de 2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** tem por objeto a soma de esforços com vistas a dar condições a **CEDAE** de exercer e prestar os serviços públicos de sua competência, através do apoio efetivo de contingentes da **SEPM**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CEDAE** receberá o apoio de efetivos da **SEPM** nas Estações de Tratamento de Água sob sua responsabilidade, nas seguintes atividades de sua competência, dentre outras, e visando o alcance do objeto deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**:

I – Operações planejadas em conjunto com a **CEDAE** visando à segurança dos usuários e funcionários na Estação de Tratamento de Água **GUANDU**, localizada na Estrada Rio-São Paulo, nº 19 – Jardim Guandu – Nova Iguaçu – RJ;

II – Operações planejadas em conjunto com a **CEDAE** visando à segurança dos usuários e funcionários na Estação de Tratamento de Água **LARANJAL**, localizada na Rodovia Amaral Peixoto – Km 13,5 – Jardim Catarina – São Gonçalo – RJ.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Toda atividade exercida pelos profissionais de segurança pública no cumprimento do objeto do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, sempre respeitará os preceitos legais e as limitações da atuação inerente à função policial militar de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

[Handwritten signature]





Os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o **PLANO DE TRABALHO** em anexo, o qual passa a integrar este **TERMO DE COOPERAÇÃO**, independentemente da transcrição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Excepcionalmente, admitir-se-á a qualquer dos Partícipes proporem a reformulação do **PLANO DE TRABALHO**, que será devidamente apreciada pelo setor técnico e submetida à aprovação dos demais, vedada, porém, a mudança do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de divergência entre os termos do **PLANO DE TRABALHO** e do **INSTRUMENTO DO TERMO DE COOPERAÇÃO**, prevalecerão os termos deste último.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

3.1) Caberá a SEPM:

- a) Disponibilizar, diariamente, a **CEDAE**, efetivo policial militar suficiente à realização de até **08** (oito) turnos diários de 12 (doze) horas, todos os dias da semana, totalizando em até **240** (duzentos e quarenta) turnos por mês, para fins de consecução dos objetivos do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, em conformidade com o **PLANO DE TRABALHO** anexo;
- b) Supervisionar as ações dos policiais militares disponibilizados, mantendo a subordinação direta a **SEPM**, adotando todas as medidas de fiscalização e controle por eles praticados, através de supervisões dirigidas.
- c) Determinar o padrão visual de cada policial empregado nas atividades decorrentes deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**;
- d) Aplicar e gerir os recursos repassados pela **CEDAE** exclusivamente no objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**;
- e) Encaminhar a **CEDAE** o relatório trimestral sobre a execução físico-financeira do **TERMO DE COOPERAÇÃO**;
- f) Propiciar aos técnicos credenciados pela **CEDAE** todos os meios para a fiscalização da execução do **TERMO DE COOPERAÇÃO**;
- g) Monitorar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto pactuado.

3.2) Caberá a CEDAE:

- a) Definir as operações específicas que dependerão, no âmbito da **CEDAE**, de apoio da **SEPM**, submetendo-as à aprovação da **Comissão** prevista na **Cláusula Décima Primeira** deste instrumento;
- b) Orientar e aprovar os procedimentos técnicos e operacionais dos órgãos e entidades municipais necessários à execução do objeto pactuado;
- c) Disponibilizar fiscais ou agentes da **CEDAE** para as operações que receberão o apoio de policiais militares previstos no **PLANO DE TRABALHO**;
- d) Promover o treinamento e instrução eventualmente necessários aos policiais militares empregados nas atividades decorrentes do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**;
- e) Comunicar a **SEPM** o resultado das operações realizadas, inclusive, quando houver, a apreensão de armas de fogo, objetos ilícitos e afins;
- f) Promover o repasse dos recursos financeiros estabelecidos na **Cláusula Quarta**, necessários para custear as despesas decorrentes da disponibilização do efetivo da **SEPM** previsto no **PLANO DE TRABALHO**;
- g) Monitorar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar as ações dos policiais militares disponibilizados e atos por eles praticados, reportando-se a **SEPM** sempre que necessário;
- h) Examinar e aprovar as prestações de contas;
- i) Custear as despesas decorrentes da disponibilização do efetivo da **SEPM** prevista no **PLANO DE TRABALHO**;
- j) Indenizar por ato de serviço, ou acidente em serviço, sofrido por Policial Militar durante a execução dos serviços delegados do **PROEIS**, nos termos do § 4º, do Art. 2º do Decreto Nº 43.538/12, que será pago da seguinte forma:
 - j.1) Um turno por mês da Gratificação Especial Temporária – GET/PROEIS, no valor correspondente ao que o policial militar estiver inscrito no dia da ocorrência do fato, durante o prazo que durar a licença ou enquanto perdurar a execução do programa, até o limite de 12 (doze) meses;

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

k) Definir a seu critério, de forma que não traga prejuízo ao serviço à concessão do intervalo para repouso ou alimentação que será de no mínimo 01 (uma) hora, em conformidade com a legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Compete a **SEPM** e a **CEDAE** atestar a execução o objeto estipulado no presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para fins de consecução dos objetivos do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, a **CEDAE** repassará, mensalmente, à **SEPM**, a quantia correspondente ao emprego do efetivo policial militar, conforme os critérios definidos pela **LEI ESTADUAL Nº 6.162, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012**, pelos artigos 4º e 6º do **DECRETO ESTADUAL Nº 42.875, DE 15 DE MARÇO DE 2011**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.309, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011**, pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.538, DE 03 DE ABRIL DE 2012**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 23, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018**, bem como pelas disposições do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** e do seu **PLANO DE TRABALHO**, mediante controle da Administração Policial Militar, segundo a tabela a seguir:

- a) R\$ 555,16 (quinhentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- b) R\$ 370,10 (trezentos e setenta reais e dez centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- c) R\$ 277,58 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- d) R\$ 444,12 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e doze centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- e) R\$ 296,08 (duzentos e noventa e seis reais e oito centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- f) R\$ 222,26 (duzentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- g) R\$ 333,09 (trezentos e trinta e três reais e nove centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- h) R\$ 222,06 (duzentos e vinte e dois reais e seis centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- i) R\$ 166,55 (cento e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) por turno de 06 (seis) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ao valor do turno pago ao policial militar do serviço ativo escalado que atuar na atividade operacional, objeto deste **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão acrescidas as seguintes verbas indenizatórias:

- a) R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio alimentação/dia;
- b) R\$ 13,00 (treze reais) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio transporte/dia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Conforme detalhado no **PLANO DE TRABALHO** os policiais militares que estiverem diretamente envolvidos nas funções de Coordenação ou Fiscalização do policial militar empregado nas atividades objeto do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, perceberão gratificação nos termos do **DECRETO ESTADUAL Nº 42.875 De 15 De Março De 2011**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.309, De 24 De Novembro De 2011**, do **DECRETO ESTADUAL Nº 43.538, DE 3 DE ABRIL DE 2012**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 23, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018**, bem como pelas disposições deste **TERMO DE COOPERAÇÃO** e do seu **PLANO DE TRABALHO**, mediante controle da Administração Policial Militar, cabendo a Coordenadoria do PROEIS a distribuição dos turnos dentro dos níveis A, B, C, segundo a Tabela a seguir:

[Handwritten signatures and stamps]

Assessoria Especial de Contratos da ASJ-DP
15-2



- a) R\$ 555,16 (quinhentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- b) R\$ 370,10 (trezentos e setenta reais e dez centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- c) R\$ 277,58 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- d) R\$ 444,12 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e doze centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- e) R\$ 296,08 (duzentos e noventa e seis reais e oito centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- f) R\$ 222,26 (duzentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- g) R\$ 333,09 (trezentos e trinta e três reais e nove centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- h) R\$ 222,06 (duzentos e vinte e dois reais e seis centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- i) R\$ 166,55 (cento e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) por turno de 06 (seis) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Ao valor do turno pago aos policiais militares do serviço ativo que estiverem diretamente envolvidos nas funções de coordenação ou fiscalização dos policiais militares empregados nas atividades objeto deste **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão acrescidas as seguintes verbas indenizatórias:

- a) R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio alimentação/dia;
- b) R\$ 13,00 (treze reais) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio transporte/dia.

PARÁGRAFO QUARTO: O valor global, relativo ao período de vigência do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, é de **R\$ 1.167.693,12** (um milhão, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e doze centavos), conforme Orçamento Fiscal da **CEDAE** para o exercício de 2019/2020, e não ultrapassarão o valor mensal de **R\$ 97.307,36** (noventa e sete mil, trezentos e sete reais e trinta e seis centavos), referente ao limite máximo de **264** (duzentos e sessenta e quatro) turnos por mês de 12 (doze) horas, nas atividades objeto do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** e seu **PLANO DE TRABALHO**, já incluídos até 24 (vinte e quatro) turnos que serão utilizados para atender demandas administrativas/operacionais e atividades de fiscalização e de controle decorrentes do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**.

PARÁGRAFO QUINTO: A referida quantia mensal será repassada pela **CEDAE** à **SEPM** até o 5º (quinto) dia útil após a devida atestação prevista nos Parágrafos Nono e Décimo desta Cláusula, sendo a primeira devida no mês seguinte ao da assinatura deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**.

PARÁGRAFO SEXTO: Os recursos repassados pela **CEDAE** só serão utilizados para pagamentos das despesas previstas no presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** e os saldos não utilizados serão, obrigatoriamente, devolvidos à **CEDAE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os rendimentos auferidos serão obrigatoriamente computados a crédito do **TERMO DE COOPERAÇÃO** e aplicados, exclusivamente, na sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a Prestação de Contas.

PARÁGRAFO OITAVO: Os recursos repassados não poderão ser utilizados em fins políticos de qualquer natureza, bem como em benefício de candidatos a cargo eletivo nas eleições.

PARÁGRAFO NONO: Para apurar o cálculo do efetivo repasse mensal, a **SEPM** encaminhará à Comissão instituída na **Cláusula Décima Primeira** deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**, até o 5º (quinto) dia útil posterior ao



encerramento de cada mês, planilha com o número de turnos realizados por cada policial militar no respectivo período e os montantes devidos pelo emprego de cada um dos integrantes do efetivo disponibilizado a **CEDAE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Atestado pela Comissão mencionada no parágrafo anterior o efetivo emprego dos policiais militares segundo os turnos especificados na planilha, também referida no parágrafo anterior, o montante total correspondente será transferido à **SEPM** em conta corrente vinculada ao presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** e especialmente aberta para este fim, cuja indicação caberá à **Diretoria de Orçamentos da SEPM – DOR**, bem como a adoção das medidas administrativas para efetuar os pagamentos devidos aos respectivos beneficiários.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Compromete-se a **CEDAE** a realizar o repasse dos recursos financeiros correspondentes à execução dos turnos adicionais remanescentes da celebração do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os valores constantes das alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", do *caput* e do *Parágrafo Segundo* desta Cláusula são fixados pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.538, De 03 De Abril De 2012**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 23, De 19 De SETEMBRO DE 2018** e pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 46.646, DE 02 DE MAIO DE 2019**, e incidirão nas mesmas alterações revistas pelo **Governador do Estado do Rio de Janeiro** ao presente **DECRETO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – As despesas com o presente ajuste correrão a conta da **CEDAE**, Programa de Trabalho n. 2200022016, Centro de Custos n. DP17000000, Fonte de Recursos n. 10, Código Orçamentário n. 33903923, Conta Orçamentária n. 411110309, Reserva Orçamentária n. 2019000759, do presente exercício financeiro.

CLAUSULA QUINTA – DA SUSPENSÃO DO PROEIS POR ATRASO NO REPASSE DE VERBA

Em caso de atraso no repasse do pagamento do **PROEIS** pela **CEDAE**, compete ao Coordenador da **CPROEIS** a adoção da aplicação dos procedimentos previstos para suspensão e restabelecimento dos eventos, conforme estabelece a **PORTARIA/PMERJ Nº 750 DE 24 MARÇO DE 2017**, cabendo ao Coordenador da **CPROEIS** decidir pela continuidade de lançamento de novos eventos no sistema do **PROEIS** mesmo após a quitação dos débitos em caso de reincidência.

CLAUSULA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A **SEPM** compromete-se a restituir o valor transferido pela **CEDAE**, atualizado monetariamente na forma legal, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação da prestação de contas no prazo e na forma exigidos;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no **TERMO DE COOPERAÇÃO**;
- d) Irregularidade que resulte em prejuízo ao erário.

CLAUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL

A utilização temporária de pessoal necessária para a execução do objeto deste **TERMO DE COOPERAÇÃO** não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária à **CEDAE**.

PARÁGRAFO ÚNICO – A responsabilidade financeira da **CEDAE** se limita ao repasse previsto na Cláusula Quarta e ao pagamento de indenizações devidas aos policiais militares disponibilizados, conforme estabelecido nos **§ 4º e 7º do Art. 2º do DECRETO ESTADUAL Nº 43.538/2012**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 23/18** e pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 46.646/19**, não sendo responsável por pagamentos e indenizações por danos morais ou materiais quando ocasionados pela atuação dos policiais militares cedidos em razão do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE POLICIAMENTO

A forma de policiamento no âmbito do **PROEIS** observará o estipulado nesta Cláusula a fim de dar maior efetividade ao policiamento e resguardar a integridade do policial militar no desempenho da função.

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Toda e qualquer forma de policiamento será executada com no mínimo 2 (dois) policiais militares, salvo autorização em contrário, por escrito, da Coordenadoria do PROEIS, após avaliação "in loco" feita, através de levantamento operacional que indique garantias para execução do serviço por efetivo menor que o previsto neste Parágrafo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No policiamento onde for disponibilizado o uso de veículo pela **CEDAE**, através de instrumento próprio firmado junto a **SEPM**, para empenho nas atividades objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, aplicar-se-ão as normas vigentes na **SEPM** quanto ao uso de viaturas.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente instrumento vigorará, a partir da data de sua assinatura, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis, por novo(s) e igual (is) período(s), a critério dos Partícipes, mediante acordo formalizado por meio de Termo Aditivo, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **SEPM** fica obrigada a apresentar a **CEDAE** a Prestação de Contas Final, dos recursos que trata a **Cláusula Quarta**, sem prejuízo da apresentação do relatório trimestral previsto na **Cláusula Terceira**.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Prestação de Contas Final será apresentada à **CEDAE** no prazo máximo de 30 (trinta dias) contados do término do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO DE ATIVIDADES DE ORDEM PÚBLICA

As partes instituirão **Comissão de Integração de Atividades de Ordem Pública**, com 01 (um) representante de cada um dos seguintes Órgãos: da **SEPM** e da **CEDAE**, que terá como objetivo organizar as operações previstas na **Cláusula Primeira** do presente instrumento, bem como definir o quantitativo de servidores, policiais militares e equipamentos necessários para cada operação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Compete aos integrantes do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, nos três dias seguintes à sua assinatura, designar os respectivos membros, de parte a parte, para compor a **Comissão** prevista no *caput*, não podendo o mesmo ser executado até que a mesma seja nomeada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Compete a Comissão atestar a execução do objeto estipulado no presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A atestação pela **COMISSÃO** prevista no parágrafo anterior será feita através de Relatório Mensal do Programa (**RMEP**), confeccionado pela **SEPM** conforme estipulado no **PLANO DE TRABALHO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** poderá ser rescindido, de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas Cláusulas ou Condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável e, particularmente, quando constatada as seguintes situações:

- a) Utilização de recursos em desacordo com o **PLANO DE TRABALHO**;
- b) Aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no art. 116, § 4º, da Lei nº 8.666/93;
- c) Falta de apresentação das Prestações de Contas Parciais e Final, nos prazos estabelecidos;
- d) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- e) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;
- f) A ausência de repasse financeiro por parte da **CEDAE**.





PARÁGRAFO PRIMEIRO: Constatado ausência de repasse financeiro por parte da **CEDAE**, que deverá ocorrer até o 5º (quinto) dia útil após a devida atestação prevista nos Parágrafos Nono e Décimo da Cláusula Quarta, o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** terá suas atividades suspensas a partir do 10º dia útil posterior à data limite estabelecida para o referido repasse.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** poderá ser denunciado por quaisquer dos partícipes, mediante comunicação escrita às demais, com antecedência de **30** (trinta) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica definido que, em caso de mudanças supervenientes em qualquer **Legislação Federal e Estadual**, assim como no caso de eventos imprevisíveis, que possam afetar, direta ou indiretamente, a execução dos deveres assumidos pelos partícipes, as mesmas se comprometem a renegociar os termos deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**, através de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de denúncia ou qualquer das hipóteses que implique rescisão deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o instrumento, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO QUINTO: A rescisão do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa e do contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **TERMO DE COOPERAÇÃO** será, obrigatoriamente, destacada a posição da **SEPM** e da **CEDAE**, observado o disposto no Parágrafo Primeiro, do Art. 37, da **Constituição Federal**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** somente poderá ser alterado mediante proposta dos partícipes, devidamente justificada, a ser apresentada enquanto estiver dentro de sua vigência, que possibilite a análise e decisão, e desde que não haja mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

Todas as comunicações relativas a este **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por escrito, através de ofício.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As comunicações dirigidas a **SEPM** deverão ser entregues no **Quartel General da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro** na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, CEP 20031-040, Centro, RJ - Rio de Janeiro/RJ.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As comunicações dirigidas a **CEDAE** deverão ser entregues em sua sede na Av. Presidente Vargas, nº 2655 - CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações de endereços e de número de telefone de quaisquer partícipes deverão ser imediatamente comunicadas por escrito, através de ofício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As Partes se comprometem a não praticar atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público, devendo atuar em conformidade com a legislação anticorrupção aplicável, no intuito de tomar todas as medidas sob seu controle ou influência para garantir que seus



prepostos, empregados e contratados não ofereçam, prometam, deem, doem, autorizem, intermedieiem, solicitem ou aceitem qualquer vantagem patrimonial para si ou para terceiro, ou outra de qualquer natureza, que seja vedada legalmente

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Partícipes possuem Códigos de Ética e Conduta próprios e seus colaboradores e parceiros são orientados a seguir as disposições e princípios ali contidos, destacando, neste ato, que disponibilizam entre si tais normativos, através dos endereços: Site da CEDAE (<https://www.cedae.com.br>) e <https://www.pmerj.rj.gov.br>.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se comprometem a comunicar qualquer atitude, comportamento, prática, fato ou dado, no âmbito deste **TERMO DE COOPERAÇÃO**, em desacordo com os seus respectivos Códigos de Ética e Conduta por qualquer um dos meios a seguir, sendo garantido o anonimato do denunciante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir qualquer questão, dúvida ou litígio decorrente do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, as partes elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE:

Após a assinatura do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação, cópia autenticada.

Por estarem, assim de acordo quanto ao que se estipula, firmam o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** em 03 (três) vias, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Rio de Janeiro, de de 2019.

Pela Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEMP):


ROGÉRIO FIGUEREDO DE LACERDA
GENERAL
Secretário de Estado de Polícia Militar

Pela CEDAE:


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente
Companhia Estadual de Águas e Esgotos


JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Companhia Estadual de Águas e Esgotos

Testemunhas:

1- _____ CPF: _____
2- _____ CPF: _____

Ref. Termo-Proeis-Proc. CEDAE N. E-07-100.184-2019.





ANEXO

PLANO DE TRABALHO

1. DAS RAZÕES QUE JUSTIFICAM A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº E-35/067/4/2019.

- O **TERMO DE COOPERAÇÃO** proposto se justifica em razão da necessidade de conjugar esforços visando à execução de operações e ações próprias à **CEDAE**, sendo para tanto, necessário o emprego de policiais militares.
- A intervenção policial se faz necessária não só em razão do maior poder de repressão conferido ao policial militar, mas principalmente pelo aspecto preventivo, dado o inegável respeito e sensação de segurança imposta pela instituição.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO.

Premissas:

- Estabelecimento de um cronograma físico-administrativo e financeiro para as atividades a serem executadas dentro das condições estabelecidas no **TERMO DE COOPERAÇÃO**.
- Implantação em curto prazo, não superior a 30 (trinta) dias da data da assinatura do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, compreendendo a adequação das medidas técnicas e administrativas necessárias para implementação da proposta de policiamento nas ações de apoio a **CEDAE**, nas missões inerentes e delegadas à **SEPM**.

Detalhamento:

- As atividades desenvolvidas pelos policiais militares são aquelas previstas na **Legislação Federal e Estadual** referente ao policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública nas áreas de abrangências e de responsabilidades da **CEDAE**.
- A estimativa inicial do número de policiais militares envolvidos é de até **240** (duzentos e quarenta) policiais militares por mês, podendo tal efetivo ser ampliado ou reduzido em razão da expansão ou retração do programa objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**.
- O policial militar do serviço ativo fará jus à gratificação ao ser escalado para atuar na atividade operacional objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, segundo os critérios definidos pela **LEI ESTADUAL Nº 6.162, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012**, pelos artigos 4º e 6º do **DECRETO ESTADUAL Nº 42.875, DE 15 DE MARÇO DE 2011**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.309, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011**, pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.538, DE 03 DE ABRIL DE 2012**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 23, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018** e pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 46.646, DE 02 DE MAIO DE 2019**, bem como pelas



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

disposições do **TERMO DE COOPERAÇÃO** e deste **PLANO DE TRABALHO**, mediante controle da Administração Policial Militar por meio de Diretriz específica.

- Os critérios de cálculo da gratificação dos policiais empregados nas atividades integrantes do **TERMO DE COOPERAÇÃO** obedecerão aos seguintes valores:

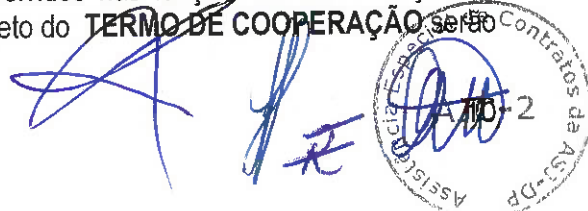
- j) R\$ 555,16 (quinhentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- k) R\$ 370,10 (trezentos e setenta reais e dez centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- l) R\$ 277,58 (duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Superior policial militar empregado nas atividades;
- m) R\$ 444,12 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e doze centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- n) R\$ 296,08 (duzentos e noventa e seis reais e oito centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- o) R\$ 222,26 (duzentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos) por cada turno de 06 (seis) horas cumprido por Oficial Intermediário policial militar empregado nas atividades;
- p) R\$ 333,09 (trezentos e trinta e três reais e nove centavos) por cada turno de 12 (doze) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- q) R\$ 222,06 (duzentos e vinte e dois reais e seis centavos) por cada turno de 08 (oito) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades;
- r) R\$ 166,55 (cento e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) por turno de 06 (seis) horas cumprido por cada Praça ou Graduado policial militar empregado nas atividades.

- Ao valor do turno pago aos policiais militares do serviço ativo escalados para atuarem na atividade operacional objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão acrescidas as seguintes verbas indenizatórias:

- a) R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio alimentação/dia; e
- b) R\$ 13,00 (treze reais) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio transporte/dia.

- Os policiais militares que estiverem diretamente envolvidos nas funções de Coordenação ou Fiscalização dos policiais militares empregados nas atividades objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, perceberão gratificação nos termos do **DECRETO ESTADUAL Nº 42.875 DE 15 DE MARÇO DE 2011**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 43.309, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011**, DO **DECRETO ESTADUAL Nº 43.538, DE 03 DE ABRIL DE 2012**, alterado pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 23, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018** e pelo **DECRETO ESTADUAL Nº 46.646, DE 02 DE MAIO DE 2019**, bem como pelas disposições do **TERMO DE COOPERAÇÃO** e deste **PLANO DE TRABALHO**, mediante controle da Administração Policial Militar, cabendo a Coordenadoria do PROEIS a distribuição dos turnos dentro dos níveis A, B, C.

- Ao valor do turno pago aos policiais militares envolvidos nas funções de coordenação ou fiscalização dos policiais empregados nas atividades objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão acrescidas as seguintes verbas indenizatórias:





- a) R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio alimentação/dia;
- b) R\$ 13,00 (treze reais) a ser utilizado para fins de cálculo do auxílio transporte/dia.

- Serão acrescidos ao Relatório Mensal do Programa até **24** (vinte e quatro) turnos adicionais de 12 (doze) horas, a fim de custear as demandas administrativas/operacionais e atividades de fiscalização e controle da **SEPM**, decorrentes exclusivamente do cumprimento do objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**.
- Caberá a **CEDAE** arcar com as despesas decorrentes do referido pagamento de gratificação dos policiais militares empenhados no serviço.
- O repasse de verba destinada ao pagamento da gratificação deverá ocorrer até o **5º** (quinto) dia útil do mês subsequente ao do serviço realizado, com depósito em conta corrente indicada pela **Diretoria de Orçamentos da SEPM – DOr**, observado o disposto na **CLÁUSULA QUARTA** do **TERMO DE COOPERAÇÃO**.
- Caberá a **SEPM** efetuar o pagamento dos policiais militares empenhados, tão logo se dê o depósito em conta corrente dos valores indicados no item anterior deste **PLANO DE TRABALHO**.
- A participação policial militar é voluntária podendo ser extensiva a todos os militares do serviço ativo, que estejam servindo nas Organizações Policiais Militares sediadas na área do Comando de Policiamento de Área, responsável pelo policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública em toda extensão da **CEDAE**.
- Não será considerada como emprego decorrente do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** a continuidade do turno de serviço, em decorrência da rotina operacional.
- O emprego na atividade será ininterrupto, com a jornada de cada policial militar empregado na atividade sujeita ao limite de 12 (doze) horas diárias, não sendo ultrapassado o teto de 96 (noventa e seis) horas mensais individuais, para efeito de pagamento da gratificação por desempenho da atividade delegada, dentro do mês considerado.
- Em situações de extrema necessidade de preservação da ordem pública local ou geral, a critério do **Secretário de Estado de Polícia Militar**, o emprego do policial militar poderá ser suspenso até o retorno da normalidade.
- Os critérios de seleção, confecção e controle das Escalas de Serviço dos policiais militares empenhados no **TERMO DE COOPERAÇÃO** serão aqueles especificados pelo comando da **SEPM**.



- Para efeito de atendimento absoluto às diversas peculiaridades e necessidades dos serviços a serem prestados à **CEDAE**, pela **SEPM**, aqueles policiais militares que, por ventura, se atrasarem para assumir os turnos indicados, por tempo superior a 15 (quinze) minutos, e sob qualquer alegação, estarão automaticamente dispensados daquele turno, sem ônus financeiro para **CEDAE**, independentemente de outras medidas a serem adotadas pelo **Comando da SEPM**.
- A **CEDAE**, disponibilizará, após avaliação da Comissão de Integração de Atividades de Ordem Pública, e de acordo com a necessidade do serviço e sua capacidade de recurso, de equipamentos portáteis de comunicação para o efetivo emprego no **TERMO DE COOPERAÇÃO**, objetivando melhor otimização das missões a ele delegadas.
- A distribuição do efetivo empenhado no **TERMO DE COOPERAÇÃO** levará sempre em consideração as questões atinentes às necessidades apresentadas pelo serviço, bem como as de segurança dos policiais militares, consideradas as peculiaridades de toda a área de atuação da **CEDAE**, e sempre em conformidade com as deliberações da **Comissão de Integração de Atividades de Ordem Pública** e do **Comando da SEPM**.
- Serão definidos pela **CEDAE** os locais de reunião do efetivo a ser empregado nos serviços diários a serem cumpridos no **TERMO DE COOPERAÇÃO**, objetivando as necessárias medidas administrativas à mesma e a **SEPM**.
- Nos turnos em que os policiais militares empenhados no **TERMO DE COOPERAÇÃO** não tiverem como regressar face o encerramento dos serviços prestados pela **CEDAE**, ao local de reunião indicado pela **CEDAE** para distribuição do efetivo, e ao seu término, esta disponibilizará o transporte necessário para tal.
- Elaborada e publicada a Escala de Serviço, esta passará a ser obrigatória para o policial militar, sujeitando-o às sanções administrativas, penais ou penais militares que sua escusa implicar.
- Ao final de cada mês, a **SEPM** deverá enviar relatório com a identificação dos policiais militares e suas respectivas cargas horárias para conhecimento e controle dos escalões superiores, bem como o envio à **COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO DE ATIVIDADES DE ORDEM PÚBLICA**.
- No caso do processamento do pagamento, a **Diretoria de Orçamento – DOr** da **SEPM**, naquilo que lhe couber, viabilizará os ajustes necessários para a rotina de pagamento, bem como as medidas de auditoria e controle.

3. METAS A SEREM ATINGIDAS.

- Intensificar o policiamento ostensivo nas Estações de Tratamento de Água da **CEDAE**, visando prevenir a ocorrência de crimes e contravenções penais, possibilitando assim o aumento



da sensação de segurança a todos os usuários, funcionários e prestadores de serviço que por elas transitam e atuam.

4. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

- A CEDAE efetuará, mensalmente, o repasse da verba destinada ao pagamento da **Gratificação Especial Temporária**, devida aos policiais militares empregados na execução do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, na conta corrente que for previamente indicada, observando o disposto na sua **Cláusula Quarta**.
- Em até 30 dias da assinatura do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, tal modalidade será implementada, por período determinado, a fim de avaliar o impacto e adequação das rotinas administrativas e operacionais.

5. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS.

- O presente **TERMO DE COOPERAÇÃO** prevê o repasse de verbas entre os partícipes, a qual será utilizada exclusivamente para o pagamento de **Gratificação Especial Temporária – GET/PROEIS** aos policiais militares que participarem do programa objeto do **TERMO DE COOPERAÇÃO**.
- O custo mensal estimado, considerando o número total de turnos a serem contratados que poderá chegar até **264** (duzentos e sessenta e quatro) turnos de 12 (doze) horas por mês nas atividades objeto do presente Plano de Trabalho, já incluídos até **24** (vinte e quatro) turnos de 12 (doze) horas que serão utilizados para atender demandas administrativas/operacionais e atividades de fiscalização e de controle decorrentes do **TERMO DE COOPERAÇÃO**, tem valor máximo de até **R\$ 97.307,76** (noventa e sete mil, trezentos e sete reais e setenta e seis centavos), sendo o valor global relativo ao total de **12** (doze) meses de vigência do **TERMO DE COOPERAÇÃO** de até **R\$ 1.167.693,12** (um milhão, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e doze centavos), conforme a tabela a seguir:

Posto/Graduação	Efetivo Diário	Dias Mês	Efetivo Mensal	Valor por Turno	Valor Total
Praça	08	30	240	12 HORAS R\$ 333,09+R\$ 35,50= R\$ 368,59	R\$ 88.461,60
Turnos Operacionais		Até 24 (vinte e quatro) turnos/ mês de 12 (doze) horas que serão pagos nos níveis A, B e/ou C, em consonância com o total de turnos utilizados, de acordo com a demanda da CPROEIS, seguindo critérios da Coordenadoria do PROEIS.			
Valor máximo a ser repassado mensalmente à SEPM com turnos administrativos				R\$ 97.307,76	
Valor global máximo do TERMO DE COOPERAÇÃO				R\$ 1.167.693,12	

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: Assessoria Especial de Contratos da ASJ-DP]

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**6. PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO.**

A adoção das providências de implantação e operacionalização será exequível a partir da assinatura do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, tendo seu início e finalização, na vigência deste Acordo.

Pela Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEMP):


ROGÉRIO FIGUEREDO DE LACERDA
GENERAL*Secretário de Estado de Polícia Militar*

Pela CEDAE:


HELIO CABRAL MOREIRA*Diretor Presidente**Companhia Estadual de Águas e Esgotos*
JOSÉ BANDERA DE MELLO JUNIOR*Diretor Financeiro e de Relações com Investidores*
Companhia Estadual de Águas e Esgotos

Testemunhas:

1- _____ CPF: _____

2- _____ CPF: _____

Ref. Termo-Proeis-Proc. CEDAE N. E-07-100.184-2019.



75119E-04/04/0002153/2019	CLEUNICE DOS SANTOS CASTRO
75120E-04/04/0002158/2019	CLEUNICE DOS SANTOS CASTRO
75121E-04/21/010680/2019	TELESPIAZIO BRASIL S/A
75122E-04/02/0001407/2019	QUISSAMA INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA
75123E-04/13/015181/2003	CASTAL S/A COMERCIO E INDUSTRIA
75124E-04/03/0100889/2018	TIN S.A.
75125E-04/21/010216/2019	FRANCA S/A FRANCA TRANSPORTES LTDA
75126E-04/21/010216/2019	FRANCA S/A FRANCA TRANSPORTES LTDA
75127E-04/21/0004041/2018	MULTI ESTOQUE RIO COMERCIO DE MAQUINAS LTDA
75128E-04/21/0004037/2019	MULTI ESTOQUE RIO COMERCIO DE MAQUINAS LTDA
75129E-04/03/000815/2015	ATREVIDA TRANSPORTES LTDA
75130E-04/03/0001918/2016	ANGUS BRASIL DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
75131E-04/04/0001090/2017	VIA VAREJO S/A
75132E-04/04/0001120/2017	VIA VAREJO S/A
75133E-04/04/0001067/2017	VIA VAREJO S/A
75134E-04/04/0001078/2017	VIA VAREJO S/A
75135E-04/04/0001064/2017	VIA VAREJO S/A
75136E-04/04/0001028/2017	VIA VAREJO S/A
75137E-04/21/0101592/2019	BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
75138E-04/21/0103811/2019	BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
75139E-04/21/0104651/2019	BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
75140E-04/21/000407/2019	N MINAS TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA
75141E-04/04/0001097/2015	CALCADOS ITAPUA S/A CISA
75142E-04/21/010272/2019	JAMAG ITAÇA MARMORES E GRANITOS EIRELI
75143E-04/04/0001031/2015	CALCADOS ITAPUA S/A CISA
75144E-04/21/0101899/2019	WMA BRASIL COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI
75145E-04/21/0001112/2019	SE MINERAÇÃO LTDA
75146E-04/04/0003888/2018	ESTRELA DA MANHÃ VIDRARIA LTDA-ME
75147E-04/21/0101410/2019	BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
75148E-04/21/0001329/2018	CERVEJARIA VIGOSA BIER LTDA
75149E-04/04/0001419/2018	ROSS MEDICAL LTDA
75150E-04/04/0001020/2017	VIA VAREJO S/A
75151E-04/21/0009058/2019	VIA VAREJO S/A
75152E-04/04/0001034/2017	VIA VAREJO S/A
75153E-04/01/07001024/2016	DEPDE MEL RIO DO OURO PRODUTOS NATURAIS LTDA
75154E-04/21/0103682/2019	JMEX MEDICAL COMERCIO E LOCAÇÃO LTDA
75155E-04/21/010367/2019	OPÇÃO DE ITABORAÍ COMERCIO DE AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS EIRELI
75156E-04/04/000104780/2018	U ARAUJO DISTRIBUIDORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A
75157E-04/04/0001003/2017	VIA VAREJO S/A
75158E-04/04/0001033/2017	VIA VAREJO S/A
75159E-04/04/0002582/2017	BRASIL TRANSPORTE DE VEICULOS LTDA
75160E-04/21/000337/2019	TRANSPORTES GIOELE LTDA
75161E-04/21/0101408/2019	BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
75162E-04/03/0100086/2019	TIM S.A.
75163E-04/21/0103850/2019	TRANSPORTADORA CONTATTO LTDA
75164E-04/21/0104895/2019	BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
75165E-04/007/000337/2018	QUATRO IRMAOS SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA EPP
75166E-04/21/010883/2019	SANTA LUZIA CONDUTORES ELETRICOS LTDA

75167E-04/21/0008405/2019	POSTO SOUTO BAHIA II LTDA
75168E-04/21/0101943/2019	B/SAL FILAS LTDA
75169E-04/21/0103368/2019	L.P. BRASIL OSB INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
75170E-04/03/040001117/2017	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
75171E-04/04/0001118/2017	VIA VAREJO S/A
75172E-04/04/0001119/2017	VIA VAREJO S/A
75173E-04/04/0001082/2017	VIA VAREJO S/A
75174E-04/04/0001019/2017	VIA VAREJO S/A
75175E-04/21/0103352/2019	TRANSPORTES JMC LTDA
75176E-04/21/000907/2019	SALDANHA E RODRIGUES LTDA
75177E-04/04/0001128/2017	VIA VAREJO S/A
75178E-04/04/0001031/2017	VIA VAREJO S/A
75179E-04/21/0008638/2019	SF EMPREENDIMENTOS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI
75180E-04/04/0003033/2018	A GERADORA ALUGUEL DE MAQUINAS S.A.
75181E-04/21/0102278/2019	RILUX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
75182E-04/21/0102033/2019	SEW EURODRIVE BRASIL LTDA
75183E-04/04/0001084/2017	VIA VAREJO S/A
75184E-04/03/04004198/2018	ISAPA IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA
75185E-04/04/0001029/2018	PEDRO GABRIEL CERQUEIRA DA SILVA

Id: 2215056

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARADISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS AOS RELATORES
MEDIANTE SORTEIO

Aos 23 dias do mês de outubro de 2019, às treze horas e trinta minutos, em sessão a ser realizada pela Quarta Câmara deste Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, serão distribuídos, mediante sorteio realizado pelo(a) Representante da Fazenda presente à respectiva Sessão, os seguintes Recursos:

RECURSOS VOLUNTÁRIOS	CONTRIBUINTES
68.549	TARGA S/A
69.829	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUA E ESGOTOS - CEDAE
69.936	ROJUTRAN TRANSPORTADORA E ARMAZENAMENTOS LTDA
72.954 e 72.991	VIA VAREJO S/A
73.470	MACTECONLOGY COMERCIO DE INFORMATICA LTDA
73.798	TLI TRANSPORTES E LOGISTICA INTEGRADA LTDA
73.799	G V M TRANSPORTES LTDA
74.150	NOVA PROSPER DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
74.177	TOP SOUND EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO LTDA ME
74.537, 74.538, 74.539 e 74.540	MUNIZ MÓVEIS LTDA
74.732	PRONTORIO COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA ME
74.737	CHRISTAL COMPANY IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA ME
74.750	SUPERMERCADO MASTER 2015 LTDA
RECURSOS DE OFÍCIO	CONTRIBUINTES
66.059	SAN RAPHAEL EXPRESS LOGISTICA INTEGRADA LTDA EPP
72.952	DIRECIONAL TRANSPORTE E LOGISTICA S/A
74.897	VULCARI EX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
74.959, 74.960, 74.961, 74.962, 74.963 e 74.964	ORGANIZAÇÃO MARINHA LTDA

Id: 2214989

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico, Emprego e Relações Internacionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 013/2019.
PARTES: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJ e Data Corpore Serviços de Telecomunicações e Informática Ltda.
OBJETO: Prestação de Serviços de acesso à Internet Permanente, dedicado e exclusivo a rede mundial de internet - acesso à internet.
VALOR: R\$ 32.280,00 (trinta e dois mil duzentos e oitenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2019.
VIGÊNCIA: 16/10/2019 a 15/10/2020.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Federal nº 8.666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-22/011362/2019.

Id: 2215066

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUCERJ convoca os servidores do quadro efetivo da JUCERJ para participarem do processo de escolha de dois terços dos membros que comporão a Comissão de Ética Setorial da autarquia, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 6º da Portaria JUCERJ nº 1706/19, que institui o Código de Ética da JUCERJ, na forma que se segue:

1 DA SELEÇÃO:

1.1 De acordo com o previsto na Portaria JUCERJ nº 1706/19, dois terços dos membros da Comissão, 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes, serão escolhidos dentre os servidores do quadro de pessoal efetivo da JUCERJ, para um mandato de 3 (três) anos.

1.2 O servidor que não tiver interesse em integrar a Comissão de Ética Setorial da JUCERJ deverá se manifestar até o dia 23 de outubro de 2019, enviando mensagem para o e-mail governanca@jucerj.rj.gov.br.

1.3 Serão considerados eleitos os 4 (quatro) servidores mais votados, sendo os dois primeiros titulares e os dois seguintes como os respectivos suplentes, sendo excluído da ordem de classificação o candidato que não esteja lotado na JUCERJ, bem como aquele que tenha condenação em processo ético ou administrativo disciplinar, em ação de improbidade ou em processo penal por crime contra a Administração Pública.

1.4 Em caso de empate entre os candidatos, o maior tempo de carreira na JUCERJ será o critério de desempate, persistindo o empate será considerado para critério de seleção o candidato de maior idade.

2 DA ELEIÇÃO:

2.1 Somente poderá votar e ser votado os servidores do quadro de pessoal efetivo da JUCERJ.

2.2 A escolha dos membros da Comissão de Ética será feita mediante processo eleitoral eletrônico, por intermédio do endereço <https://www.jucerj.rj.gov.br/VotacaoConselhoEtica/>, não sendo permitido o uso de procuração.

2.3 Cada servidor indicará 1 (um) nome dentre os integrantes do quadro efetivo da JUCERJ, em exercício na autarquia, que não tenha apresentado manifestação conforme previsto no item 1.2.

2.4 A eleição ocorrerá no período das 9h do dia 29 de outubro de 2019 até às 17h do dia 31 de outubro de 2019.

2.5 O resultado da eleição será divulgado, pelo sistema de e-mails jucerj.rj.gov.br, no dia 04 de outubro de 2019.

2.6 As dúvidas sobre o presente edital deverão ser encaminhadas ao endereço governanca@jucerj.rj.gov.br.

Id: 2215012

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

*INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 028/2018. PARTES: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e a empresa Metrópole Soluções Empresariais e Governamentais Eireli ME. ASSINATURA: 03/09/2019. OBJETO: Retenção de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato nº 028/2018, relativo à prestação de serviços de auditoria contábil independente das demonstrações contábeis, com emissão de relatório de auditoria circunstanciada e relatório final com parecer das referidas demonstrações e de controle interno, pelo período de 12 (doze) meses, conforme o Termo de Referência - Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 012/2018, com fundamento no art. 72, c/c o inciso II do art. 82 da Lei nº 13.303/2018, havendo plena concordância das partes, para melhor adequação às finalidades de interesse público. VALOR: R\$ 16.000,00 (dezenove mil reais). FUNDAMENTO: Processo nº E-17/002000.503/2018. *Omitido no D.O. de 19/08/2019.

Id: 2215060

Secretaria de Estado de Polícia Militar

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO Nº 199/2019-FUSPOM. PARTES: SEP e HOSPINOVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de Medicamentos Anti-infecciosos.

PROCESSO Nº 0299857-48/2015.8.19.0001 da 13ª VF

NOME
KEILA CRISTINA DE SOUZA SANTOS

Id: 2214702

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 071/2019 - (PMERJ) MENOR PREÇO GLOBAL. OBJETO: Aquisição de serviço de coleta, transporte e destinação final dos resíduos de serviços de saúde classe C (comum) para atender as necessidades dos Policiais Militares e seus dependentes que são beneficiários do FUSPOM (Fundo de Saúde da Polícia Militar). ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.compras.rj.gov.br> (PE nº 071/19).

DATA DA LICITAÇÃO: Dia 06/11/2019, às 10h00 horas. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-03/038128/2019. VALOR ESTIMADO: R\$ 233.362,29 (duzentos e trinta e três mil trezentos e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos). O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.compras.rj.gov.br>, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante apresentação da mídia gravável, na rua Evaristo da Veiga, nº 75, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20.031-040.

Id: 2214981

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº E-35/067/4/2019.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEP e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, através do Programa Estadual de Integração na Segurança - PROEIS.

OBJETO: O presente Termo de Cooperação tem por objeto a soma de esforços com vista a dar condições a CEDAE de exercer e prestar os serviços públicos de sua competência, através do apoio efetivo de contingentes da SEP.

VALOR: Valor Global de R\$ 1.187.893,12 (um milhão, cento e sessenta e sete mil e oitocentos e trinta e três reais e dez centavos). PRAZO: O presente instrumento vigorará, a partir da data de sua assinatura, pelo prazo 12 (doze) meses, prorrogáveis, por novatos e igual período, a critério dos Partícipes. FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Estadual nº 6.162, de 09 de fevereiro de 2012, no Decreto Estadual nº 42.875, de 15 de março de 2011, alterado pelo Decreto Estadual nº 43.309, de 24 de novembro de 2011, pelo Decreto Estadual nº 43.538, de 03 de abril de 2012, alterado pelo Decreto Estadual nº 23, de 19 de setembro de 2018 e no Decreto Estadual nº 43.131, de 11 de agosto de 2011.

PROCESSO Nº E-35/067/4/2019.
DATA DA ASSINATURA: 17.10.2019.

Id: 2215161

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CFSO 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a convocação da candidata ao CFSO/2014, abaixo mencionada, para comparecimento no Centro de Recrutamento e Seleção de Praças, às 09:00 horas, de dia 18 de outubro de 2019, com vistas a dar cumprimento à ordem judicial.

4ª COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, pela sua 4ª Comissão de Pregão, comunica aos interessados que a Errata nº 01 do edital de Pregão Eletrônico nº 069/2019, processo nº E-09/04/1000112/2019, tendo como objeto o registro de preços para a aquisição de material de limpeza / higienização para os ranchos de PMERJ, foi tomada pública e se encontra disponível nos sites www.compras.rj.gov.br e www.pmerj.rj.gov.br, após alteração, o pregão anteriormente marcado para o dia 26/10/2019, às 10h, fica REMARCADO para o dia 06/11/2019, às 10h.

Id: 2215121